ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O RACISMO BRASILEIRO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

REBECA DE ALCÂNTARA E SILVA

O perigoso de meditar é o de sem querer começar a pensar, e pensar já não é meditar, pensar guia para um objetivo.

Clarice Lispector

Introdução

Escrever sobre o racismo nunca me parece demais, mesmo consciente da opinião de alguns pesquisadores e militantes do movimento negro sobre a sua evidência. Para eles o que precisamos fazer agora é construir estratégias de poder, tais como políticas de ação afirmativa, que sejam capazes de diminuir a desigualdade de toda ordem entre a população branca e a população negra na sociedade brasileira. No entanto a entrada no século XXI se mostra propícia, por todo um movimento de lutas, resistência e construção intelectual, à formação e sensibilização da nação sobre os elementos históricos e culturais próprios da população negra brasileira. Para quem está respirando há muito as teorias que alicerçam a luta do movimento negro, realmente falar em racismo se torna redundante. Contudo para a grande maioria da população, esse é um tema que ainda não foi devidamente incorporado. Assim, esse texto pretende contribuir com algumas informações sobre o referido tema para que os leitores possam conhecer um pouco mais o assunto e passem a refletir com mais esses elementos sobre a questão.

Mas afinal de contas o que significa realmente racismo? Sim, pois me parece mister conhecer com mais proximidade essa expressão cara ao debate sobre a questão racial e a situação vivenciada pelo povo negro em nossa sociedade.

De acordo com os pesquisadores e militantes negros Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes o racismo é um

Comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais,

tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato de olho etc. Ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira (2004, p.179).

Segundo os diversos estudos e teorias feitos em relação ao tema o racismo é uma atitude que sempre esteve presente na história da humanidade. Para Borges, Medeiros e d'Adesky (2000) Esse comportamento pode se expressar de duas maneiras: individual e institucional.

De modo individual o racismo é uma manifestação de atitudes discriminatórias cometidas por alguns indivíduos contra outros, podendo alcançar alto nível de violência, tais como agressões corporais, destruições de bens materiais e até assassinatos.

Em sua forma institucional, o racismo se configura em práticas discriminatórias cometidas pelo Estado direta ou indiretamente. O isolamento de populações negras em determinados bairros, a estereotipação de personagens negros em livros didáticos e paradidáticos, bem como a invisibilidade da história dos negros nos currículos escolares são exemplos típicos desse tipo de racismo.

Atualmente existem alguns documentos legais que objetivam o combate ao racismo. Só para citar alguns:

- Código Penal, art. 140, parágrafo 3º injúria discriminatória;
 - Lei nº 7.716/89 Crime de racismo;
 - Lei nº 7.347/85 Ação civil pública;
 - Lei nº 9.455/97 Lei contra a tortura;
- Lei nº 10.639/2003 Obrigatoriedade do ensino de história e cultura da África e Afro-Brasileira no currículo escolar das instituições de ensino particulares e públicas, de educação básica.

Uma vez esclarecido o que significa o racismo, pretendo desenvolver o debate em torno de dados que nos indicam a situação da maior população negra fora da África, ou seja, o povo negro brasileiro, visitando a sua face racista. Faremos uma breve passagem pela história e conheceremos as ideologias que ajudaram a construir o estigma da cor negra no Ocidente. Apresento também elementos para

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O RACISMO BRASILEIRO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

analisarmos como o estigma da cor negra se impregnou em nossa sociedade e finalmente as conseqüências do racismo para a sociedade contemporânea em nosso país.

A Face Racista do Brasil

O Brasil é racista, e muito. Não é à-toa que de acordo com o PNAD/IBGE -2001, o rendimento médio familiar per capita dos brancos em todo o Brasil foi de 2,64 salários mínimos, ao passo que o mesmo índice entre os negros foi de 1,15 salários mínimos, sendo observada uma diferença de quase 196% favorável aos brancos. Ainda segundo o PNAD/IBGE -2001, a taxa bruta de escolaridade entre os negros, em todo o país, foi de 84% frente a 89% entre os brancos. A taxa de alfabetização das pessoas maiores de 15 anos apresentou quase 10 pontos percentuais de variação positiva para o contingente branco em comparação ao negro. Pesquisas realizadas pela PUC a partir de dados do Ministério da Educação, divulgada na Folha de São Paulo em 18/05/03, que tratam do desempenho escolar mostram que, mesmo entre alunos da mesma situação e classe social, o negro tem notas piores que os brancos. O Brasil tem 3,5 milhões de universitários, e 98% deles são brancos. Estes, entre tantos outros dados que poderíamos ainda citar, nos revelam que a população negra não está em pé de igualdade com a população branca em nosso país. Ao contrário do que muitos querem acreditar, não vivemos numa democracia racial.

A situação de profunda desigualdade iniciou com o povo negro na condição de escravo, continuou após o 14 de maio de 1888 e ainda mostra sua face em pleno século XXI. Depois dos festejos pela conquista da abolição, a grande maioria dos ex-escravizados se viu na rua, sem condições mínimas de competir com os imigrantes europeus que ora chegavam em grande número para assumir os postos de assalariados "disciplinados" que o Brasil capitalista necessitava. Mesmo com todas as conquistas do povo negro, anteriores à abolição, como a construção de quilombos, compra da liberdade e algumas leis que o governo foi obrigado a implementar, a situação mais comum era a falta de

condições de sobrevivência, e o estigma de quase animais sem pátria, os não-civilizados. Durante todo o século XX, as desigualdades foram sofrendo modificações, mas isso não significa que sempre para melhor. No imaginário social brasileiro ser negro continuou sendo uma marca social com forte conotação negativa. No período pós-ditadura militar, quando o povo-cidadão pôde levantar-se e exigir sua participação na construção da democracia, o povo negro também se ergueu ainda mais alto na tentativa de ser reconhecido de fato e de direito como parte da gente brasileira, sem racismos, discriminações, preconceitos e principalmente sem hipocrisias.

Os primeiros anos do século XXI colocam o desafio à sociedade de encontrar alternativas que minimizem essa situação de exclusão dos negros. É justamente a partir dessa realidade que as políticas de ação¹ afirmativas ganham uma perspectiva política e crescem como estratégias fundamentais promotoras da igualdade, equidade e participação social. Esta preocupação do Brasil ganhou impulso na discussão de políticas públicas afirmativas que aconteceu na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizadas na África do Sul, em setembro de 2001. Na ocasião, o governo Fernando Henrique Cardoso apoiou a aprovação de um programa de ações que reconhecem a escravidão e o tráfico de escravos como crimes contra a humanidade, assim como assumiu o compromisso de estabelecer cotas para negros nas universidades. A sociedade brasileira está dividida em relação a essa questão. Para muitos, cotas raciais representam a afirmação da incapacidade dos negros de alcançarem um posto de maior prestígio. Outros entendem as cotas e outras formas de ação afirmativa como ações reparatórias

¹ O jurista Joaquim B. Barbosa, membro do Ministério Público Federal Brasileiro, define por políticas de ação afirmativa o conjunto de "políticas públicas (e também privadas) voltadas a concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade." (GOMES, 2001, p.6-7).

contra séculos de exclusão social a que foram submetidos os indivíduos estigmatizados pela sua aparência e história de escravização. Essa divisão de opiniões, presente também nas instituições universitárias, é fruto da pouca habilidade de pensarmos os problemas sociais com recorte racial. Adquirir a capacidade de pensar os problemas do Brasil a partir das especificidades de cada segmento étnico é uma construção lenta e gradual. Para tanto é preciso encarar nossa atitude de negadores de posturas racistas. Faz-se necessário refletirmos com bastante cuidado por que o povo negro ainda é a maioria dos miseráveis, entre os 10% mais pobres do país quase 70% são negros; por que as mulheres negras são as menos remuneradas, detendo apenas 8,1% do total dos rendimentos nacionais. E como se explica que a maioria das crianças em situação de rua e abandonadas, assim como a maior parte da população carcerária e constituída de negros? Na opinião do economista Marcelo Paixão, coordenador do observatório Afro-brasileiro (2003), esses dados não indicam outra coisa senão racismo.

Mas como o racismo contra a população negra implantou-se em nossa cultura e impregnou o imaginário social brasileiro tendo como algumas de suas conseqüências a desigualdade racial e de renda? Para melhor entendermos essa questão se faz oportuno lembrarmos algumas idéias que fundamentaram o racismo e acabaram por desenhar uma estigmatização histórica contra os afrodescendentes.

A Construção Histórica do Estigma da Cor Negra

Era horário de recreio na escola. Há pouco eu havia terminado de tomar um café quando observei uma multidão de alunos na quadra de esportes. Aproximei-me rapidamente e notei que a confusão envolvia um de meus alunos do segundo ciclo. O menino, muito suado e excitado de ódio, esmurrava um outro garoto aparentemente da mesma idade e tamanho enquanto repetia compulsivamente que não era negro e nem macaco.

Por que, de modo geral no Brasil, somos educados desde a mais tenra idade a rejeitar aspectos que nos lembre o ser negro?

No imaginário ocidental a idéia do negro é relacionada ao perigoso, ao mal. Oliveira analisa o mal nos mitos que influenciaram o pensamento ocidental. Segundo ele

> No pensamento ocidental a escuridão, a sombra e a cor negra assumiram representações simbólicas do mal, da desgraça, da perdição e da morte. Estes atributos negativos, presentes em muitos mitos, são associados às populações que possuem a cor negra, como um estigma, principalmente através da educação. (2003, p. 1).

A mitologia solidificou no Ocidente as dualidades: luz e trevas, Deus e o Diabo, o branco e o negro, deuses benéficos e divindades do horror. O mal sempre se opondo ao que é luz. O diabo é negro, Seth aparecia por vezes como um porco negro, e Dioniso também era ocasionalmente negro [...] e o mundo dos mortos é escuro desde a Grécia, passando pelo Irã, indo até Roma (OLIVEIRA, 2003, p. 12).

Ainda segundo Oliveira, existe nesse imaginário ocidental a figura do herói, indivíduo que enfrenta criaturas monstruosas. O herói está relacionado à cor branca, assim como o monstro, ou demônio está relacionado ao negro, às trevas.

Esse conjunto de heranças culturais, oriundas do pensamento mitológico, influenciou a construção da idéia do negro como um ser humano inferior. Posteriormente, no século XV, com as Grandes Descobertas, procurou-se saber se tanto os ameríndios quanto os vários grupos de negros africanos eram realmente humanos como os europeus. Alguns sustentaram a idéia de que os "povos descobertos" eram bestas, não descendentes de Adão por força do pensamento teológico-político vigente naquele período. Mesmo com o enfraquecimento de tais ideologias cristãs, e com o fortalecimento da "racionalidade universal", construída pelos filósofos ilustrados, diversos teóricos corroboraram a construção de um pensamento que privilegiou a raça branca em relação à raça negra. Segundo Santos,

A chave de seus argumentos encontra-se na utilização do conceito de raça, transportado da zoologia e da botânica para a nascente ciência do homem em três grandes raças

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O RACISMO BRASILEIRO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

hierarquizadas dentro de uma escala de valores, na qual a sua própria raça ocuparia uma posição superior [...] Buffon, explicava a inferioridade dos negros africanos pela teoria do clima. Segundo ele, vivendo entre os trópicos [...] os negros não encontraram condições ideais para o desenvolvimento corporal, moral, intelectual e estético tal como o fizeram os povos europeus, situados num clima temperado. (2002, p. 10-11).

Mas afinal o que é raça? Essa é mais uma expressão cara ao debate sobre relações raciais. De acordo com Munanga,

[...] o conceito de raça² pode ter uma conotação própria do campo das ciências naturais. É utilizado para definir a classe dos animais que têm um tronco comum, com características e potencialidades físicas específicas relativas a cada raça. (2004).

A teoria da distinção racial baseada nas ciências biológicas surge no século XIX. Teoria sobre a qual se pauta a idéia que alguns indivíduos são forjados pela natureza para o comando e outros para a obediência, que seria então o caso da raça negra. Segundo esta visão, Santos afirma ainda a existência da idéia de que "O sangue negro deteriora o branco. O negro seria marcado pela imaginação, sensibilidade e sensualidade e o branco, pela inteligência, praticidade, ética e moral".

Desta forma o branco estaria em estágio evolutivo acima do negro que se encontraria em estágio primitivo.

No Brasil de 1860, um dos fundadores do positivismo nacional, o médico Luis Pereira Barreto defendia a tese de que a escravidão deveria ser condenada pelos males sociais resultado da presença daquela "raça inferior" na sociedade brasileira. De acordo com Azevedo, em muitos artigos publicados pelo médico no jornal *A província*, de São Paulo na década de 1980 do século XIX este costumava alertar

² O Nazismo se utilizou, durante a II Guerra Mundial (1939-1945), do conceito de raça com sentido biológico para justificar a supremacia da raça branca e ariana sobre os outros grupos humanos. O resultado acabou sendo a segregação, dominação e o assassinato de milhões de pessoas, entre as quais judeus, homossexuais e presos políticos.

aos abolicionistas para o perigo representado pela "onda negra" que despejava na sociedade "uma horda de homens semibárbaros", sem direção, "sem um alvo social". Ferreira Barreto costumava também defender a idéia de que o negro não era igual ao branco pelo motivo da tonalidade da sua cor de pele, mas sim devido a um motivo mais profundo e incontornável porque biológico, ou seja, a sua filiação racial. Como tais ideologias influenciaram o pensamento da elite brasileira?

O Medo da Elite Brasileira e a Permanência da Estigmatização

O conjunto de ideologias acerca do negro elaboradas na História do Ocidente impregna o Novo Mundo. Ao longo do regime de escravidão negra no Brasil, foi elaborado o estigma da cor, norteado pelas ideologias racistas de dominação da elite brasileira branca. Com a possível abolição intelectuais e políticos se vêem diante do problema de o que fazer com o negro ex-escravo e futuro cidadão. Esta temática tomou conta dos debates, jornais, Senado e nos demais segmentos sociais. Surge o medo de que, o povo negro, ao ser liberto, tomasse o país, retirando a população branca de sua condição privilegiada (AZEVEDO, p. 1997). Como a sociedade brasileira se constituía de uma minoria de ricos proprietários de terra, uma maioria de escravos (negros e mesticos) cativos e fugitivos e uma pequena parcela de nacionais livres (cidadãos pobres) começou-se a pensar em inúmeras formas de deter a formação de uma possível nação negra no país. Essa tendência da elite brasileira revela que "o medo foi elemento sempre presente na instituição do mercado de trabalho livre em substituição ao escravo no Brasil do século XIX" (AZEVEDO, p. 2004).

Em 1930, Frederico Leopoldo Cezar Burlamaque, doutor em ciências naturais e matemática, expressa abertamente seu desejo de devolver os negros à África. Este argumenta que a situação de forte opressão a que foram submetidos os escravos poderia transformá-los em uma numerosa raça de "inimigos domésticos", cujo objetivo deveria ser o extermínio de seus opressores. Segundo ele:

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O RACISMO BRASILEIRO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

Convirá que fique no país uma tão grande população de libertos, de raça absolutamente diversa da que a dominou? Não haverá grandes perigos a temer para o futuro, se as antigas tiranias forem recordadas, se os libertos preferirem a gente da sua raça a qualquer outra, como é natural? Poderá prosperar ou mesmo existir uma nação composta de raças estranhas e que de nenhuma sorte podem ter ligações?. (AZEVEDO, p. 2004).

Outra possibilidade, frente a possível abolição ou alforria de escravos, era a estratégia de assimilação, incorporação e homogeneização para se exercer um maior controle sobre os homens livres. E embora a maioria da população composta por negros e mestiços fosse vista como de baixo nível mental, os ditos reformadores pensavam que após a alforria de um escravo era necessário torná-lo ocupado para se instituir um controle estrito e cotidiano do Estado sobre sua vida.

Ainda é possível mencionar um emancipacionista, de acordo com os estudos de Célia Maria Marinho de Azevedo. Trata-se do padre Manuel Ribeiro Rocha que ainda no século XVIII, propôs um preparo sistemático do escravo para a liberdade sob as rédeas curtas do branco redentor. Inicialmente o africano deveria ser resgatado da escravidão ocorrida na própria África entre africanos³; depois ficaria empenhado sob o poder de seu possuidor, até que corrigisse seus vícios e recebesse a instrução ao cristianismo e os bons hábitos civilizatórios; finalmente o escravo teria a liberdade depois de pagar com trabalho todo o esforço do seu possuidor pelo seu resgate e pela sua instrução.

Diante do temor da "onda negra" dominar a nação muitas teorias foram elaboradas a fim de deter tal calamidade. No entanto, o movimento imigrantista ganhou corpo. Passou-se a encarar a imigração como saída honrosa

De acordo com Munanga, na África tradicional escravo era aquele que estava em sujeição ou subalternidade leiga ou religiosa com um parente mais velho, soberano, protetor, um líder, etc. Existiam relações de sujeição aos estranhos cativos das guerras penhorados por seus familiares. Os cativos masculinos trabalhavam como servos do rei e os femininos integravam os haréns desses como reprodutoras. O homem cativo podia casar-se com mulheres livres daquela sociedade e seus filhos nasciam livres e eram integrantes da comunidade de suas mães (2004, p. 25).

para eliminar o signo de atraso que o negro representava e o medo da miscigenação em larga escala. Tanto que para o deputado Aguiar Witaker a chegada de imigrantes americanos representava a entrada no progresso, pois estes se misturariam a uma população desmoralizada e incapaz por sua própria conta de desenvolver a nação.

Com a chegada dos imigrantes as teorias racistas tenderam a se intensificar: Ora,

[...] se os negros não eram inferiores, por que não progrediram como os imigrantes que chegaram aqui? Somando-se um mito após o outro, inferioridade, vagabundagem incompetência. Foi-se esboçando o perfil do homem negro como anticidadão, como marginal. (SANTOS, 2002, p.119).

Nyamien afirma que autores brasileiros, tais como Oliveira Vianna, acreditavam que o imigrante europeu representava a possibilidade de purificação étnica. Apostavase no mestiço como um tipo em evolução que, embora não chegasse a atingir a superioridade dos brancos, poderia ser utilizado em algumas profissões mais finas. (1999, p. 84). O pensamento da intelectualidade brasileira é influenciado pelas teses européias do racismo científico de um lado; como também se casavam com as idéias brasileiras de superioridade branca por outro lado. Discursos ideológicos racistas sobre a etnia negra incorporaram-se ao imaginário social e orientaram as práticas dos cidadãos transformandose em senso comum. Estas práticas continuam exercendo seu poder ideológico tanto entre os segmentos brancos, como entre uma grande parcela dos afrodescendentes.

Considerações Finais

Para um País que depois da abolição da escravatura deu uma cruzada de braços histórica à situação de exclusão social calamitosa em que se encontravam os ex-escravizados, nada mais justo do que a implantação de medidas reparatórias. No entanto é comum ouvirmos que somos todos brasileiros, todos iguais perante a lei, cidadãos de direitos e deveres. E comum ainda encontrar pessoas que vêem as políticas de ação

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O RACISMO BRASILEIRO E. SUAS CONSEQÜÊNCIAS

afirmativa para negros como racismo ao contrário ou ainda como privilégios sem justificativa. Todos nós, brancos e negros, passamos a vida sendo induzidos a acreditar na hipocrisia da democracia racial, e no mito da mestiçagem que nos fez misturados e, portanto pertencentes às três raças, logo simpatizantes da harmonia e tolerantes com o diferente.

Fomos brutalmente injustiçados pelo sistema escravista, sim. É certo que a resistência e a luta pela vida nos fortaleceram. Dentro das senzalas espalhadas pelos quatro cantos do país nosso povo cultuou seus ancestrais, festejou a vida e a morte nos rituais trazidos de suas comunidades de origem; gingou com a criação da capoeira, uma invenção genial; enfim, influenciou toda a cultura e história no Brasil. A cada navio negreiro que aqui aportava desembarcavam conjuntos de elementos históricos e culturais, desembarcavam sentimentos, dores, mentes criativas e transformadoras do espaço social brasileiro.

Hoje somos a maior nação negra fora da África. Arrancamos da elite brasileira direitos que há tempos, desde a abolição deveriam ser nossos. Construímos um dos maiores movimentos sociais da América latina. Estamos frente à possibilidade de conseguirmos cotas para nossa gente estudar e ter um diploma universitário, uma vez que ainda somos a grande massa dos que estão fora dos bancos escolares e universitários. A Lei nº 10639/2003 é um símbolo de muita luta do movimento negro. Com ela estamos dando o direito a todos os estudantes desse país de conhecer a história e a cultura do continente de nossos ancestrais, a África. Com essa lei estamos garantindo a todos os educandos negros se reconhecerem nos livros de história, entender como funcionam os rituais nas religiões de matriz africana. Estamos oferecendo a cada criança e adolescente negro o direito de se orgulhar por pertencerem a nossa etnia.

Para concluir minha conversa com você, leitor, preciso dizer que os avanços que o povo negro conquistou ainda não representam o fim da batalha contra o racismo e suas consequências. O racismo brasileiro ainda está impregnado na nossa mente, faz parte da nossa construção histórica. Romper com pensamentos e práticas racistas exige uma reconstrução das nossas relações sociais, dos nossos

posicionamentos políticos e da nossa análise do Brasil. Para entender as cotas, por exemplo, como ferramenta fundamental contra o monopólio da elite brasileira branca e racista nos postos de poder político e intelectual, nos falta uma consciência social da importância de valorizar a diversidade cultural e de enfrentar o racismo. É como bem analisou Florestan Fernandes, "O brasileiro tem preconceito de ter preconceito" (in SELL, 2002). Eu fecho o texto dialogando com o referido autor e formulando uma crítica assumidamente radical: "o brasileiro, mesmo tendo vergonha sabe que é racista".

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, C. M. M. Onda negra medo branco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto e d'ADESKY, Jacques (Orgs.). Racismo, preconceito e intolerância. São Paulo: Selo Negro, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília - DF: Conselho Nacional de Educação, 2004

CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso do presidente da república no lancamento do Programa de Ação Afirmativa no Ministério da Justiça. Disponível em: < htttp:// www.mj.gov.br>.

GOMES, B. Barbosa. Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MUNANGA, K. (Org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: USP/Estação Ciência, 1996.

. Para entendermos o negro no Brasil de hoje: história, realidade, problemas e caminhos. São Paulo: Global, Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004. (Coleção Viver, Aprender).

NYAMIEN, Francy Rodrigues da Guia: Ser negro nas vozes da escola. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira), UFC, Fortaleza, 1999.

OLIVEIRA, Julvan Moreira de. Matizes imaginárias e arquetipais do negro como mal no pensamento educacio-

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O RACISMO BRASILEIRO-E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

nal do Ocidente. In: REUNIÃO ANUAL DA AMPED, 26, Poço de Caldas, 2003.

PAIXÃO, Marcelo. Disponível em: http://www.comciencia.br/reportagens/negros/12.shtml. Acesso em: 2003.

QUEIROZ, Suely R. R. Escravidão negra no Brasil. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Giscele Aparecida dos. A invenção do "ser negro": um percurso das idéias que naturalizam a inferioridade dos negros. São Paulo: EDUC / FAPESC; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, Joel Rufino. A questão do negro na sala de aula. São Paulo: Ática, 1990.

SELL, Sandro César. Ação afirmativa e democracia racial [s.l.]: Fundação Boiteux, 2002.